

CRISE SEM PRECEDENTES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 16.05.88

O Brasil vive hoje uma crise política e uma crise econômica sem precedentes. A crise política não é apenas uma crise de legitimidade do governo semelhante à verificada nos últimos anos do regime militar. É também uma crise de desilusão e de falta de perspectivas, de falta de esperança mesmo. A crise que marcou o final do regime militar foi também grave, mas era uma crise marcada pela esperança, pela perspectiva da redemocratização.

A crise é de falta de legitimidade porque o governo perdeu qualquer apoio da sociedade civil. Não se trata apenas de perda de popularidade, de falta de apoio do povo. Também as classes dirigentes, que têm um peso muito maior na sociedade civil do que os cidadãos comuns, perderam a confiança no governo. E quando se configura uma crise de legitimidade temos imediatamente o problema da ingovernabilidade. O governo, isolado da sociedade, se imobiliza, e a crise só tende a se aprofundar.

Tão ou mais grave do que a crise política, porém, é a crise econômica. Vivemos nos anos oitenta a mais grave desaceleração econômica da história do Brasil industrial. Há sete anos, desde o final de 1980, a renda per capita brasileira não cresce, e não há perspectiva de que neste ano volte a crescer. Desde que se iniciou o processo da efetiva industrialização no país, por volta de 1890, não assistíamos a um processo de estagnação econômica com essa duração. Em 1930 tivemos uma grande crise interna, reflexo da crise mundial, mas já em 1933 havíamos retomado o crescimento e superado os níveis de produção industrial de 1929.

As duas crises são autônomas, embora interdependentes. A crise econômica precedeu a crise política. Na verdade a perda de legitimidade do governo foi em grande parte decorrência de sua incapacidade de enfrentar com a determinação necessária as causas básicas da estagnação econômica. Estas causas estão hoje muito claras e estão inter-relacionadas: de um lado temos o profundo desequilíbrio financeiro do setor público, de outro a dívida externa excessivamente elevada. Ou, em outras palavras, de um lado temos o déficit público, a dramática redução da capacidade de poupança do Estado, de outro, a necessidade de realizar pesadas transferências de

recursos para exterior para pagar os juros da dívida. As conseqüências são a redução dos investimentos, a inflação, a concentração de renda nos setores improdutivos da economia, e finalmente a própria estagnação econômica.

Mas a crise política tem causas especificamente políticas. O governo Sarney revelou-se incapaz de ser fiel ao pacto democrático que reuniu os setores modernos da sociedade brasileira: os empresários industriais, a classe média intelectualizada e os trabalhadores organizados. Rompeu esse pacto ao se aliar aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira para garantir cinco anos de governo para si próprio. A perda de apoio da sociedade civil tornou-se assim inevitável.

A crise política atual só tem um lado positivo: a Constituinte, não obstante as críticas que cada um de nós possa ter, demonstra representar a média da sociedade civil brasileira, vem realizando um trabalho sério, e afinal produzir a melhor constituição possível para o Brasil de hoje. É a única luz no fundo do túnel. Mas o próprio trabalho da Constituinte está ameaçado pela profundidade da crise econômica e política.